

Equipas Educativas – um contributo para uma Escola Pública de qualidade e inclusiva

Manuel Grilo*

Albertina Pena**

Nas inúmeras variáveis que contribuem para a qualidade educativa contam-se, entre outras, a organização escolar; isto é, a forma como organizamos o ensino, as aprendizagens e a interação com a comunidade educativa.

As equipas educativas, *grosso modo*, são o modelo de docência defendido pela FENPROF para o 1º ciclo do ensino básico, apresentado em inúmeros textos que tentaram, desde há vários anos, especificar de modo mais ou menos preciso este conceito. Na história da FENPROF houve vários encontros nacionais do 1º ciclo, onde se afirmou diversas vezes esta opção como a opção acertada, equilibrada e a mais aceite entre os professores deste ciclo que integram os órgãos da FENPROF.

Na constituição destas equipas, sempre se teve por referência um professor da turma que agiria como responsável por um projeto partilhado de equipa e para o qual trabalhariam professores com formações variadas, mas sempre com habilitação para este ciclo de ensino. Estas formações asseguradas por uma formação inicial que desde os anos noventa propiciava uma dupla formação em docência no 1º ciclo e também num grupo de recrutamento do 2º ciclo. Estas formações permitiriam uma diversidade de docentes com formação em várias áreas, por forma a poderem integrar estas equipas educativas.

Em abono da verdade, sempre coexistiram, mesmo no seio da FENPROF, visões muito distintas sobre o modelo a defender. Desde os que defendiam (e defendem) o atual modelo da monodocência como sendo um modelo eficaz e que não deve ser alterado (situando-se aí muitos docentes de diversos movimentos pedagógicos), até aos que, numa visão mais extrema, advogavam a pluridocência semelhante à dos outros ciclos de ensino.

É necessário afirmar que esta é uma matéria que não é pacífica entre os docentes deste ciclo de ensino. A tradição, por um lado, e o receio da mudança por outro, desencorajam a assunção de práticas diversas.

A introdução, durante o mandato de Maria de Lurdes Rodrigues à frente do Ministério da Educação, da chamada Escola a Tempo Inteiro levantou aos professores um conjunto de interrogações e perplexidades. Na verdade, as chamadas Atividades de Enriquecimento

Curricular vieram introduzir nas escolas, e em muitas mesmo durante o tempo letivo, um conjunto de professores a que durante algum tempo apelidámos de forma



**Os desafios
da docência**
perante o recuo dos direitos de cidadania
5 e 6 de fevereiro de 2015
fórum Lisboa

sobranceira de *técnicos*, que na verdade correspondiam não a uma equipa, já que eram organizados exteriormente à escola ou pelo menos ao docente titular da turma, e os quais corresponderam a uma imposição atabalhoada e a retalho de atividades diversas, sem que para tal tivesse sido criado um projeto coeso. Esta imposição terá levado à retração face à alteração aos modelos de docência no 1º CEB.

Desde sempre, o SPGL tem defendido uma escola inclusiva e de qualidade para todos e todas onde tenham fim os exames do ensino básico; termine o prolongamento do calendário escolar; diminua o nº de alunos por turma e termine o primado do administrativo sobre o pedagógico.

Para uma escola de qualidade e inclusiva, o SPGL tem também defendido a implementação de equipas educativas nas escolas por forma a acompanhar as crianças no seu percurso, não as abandonando à culpa do seu insucesso individual. Estas equipas seriam constituídas por docentes e técnicos, por forma a haver sempre alguém na escola com horário para substituir um professor/a em falta de curta duração, para apoiar alunos com dificuldades nas aprendizagens, uma vez que este lhes está a ser retirado. Equipas estas que também deveriam inserir outros técnicos: psicólogos, terapeutas, e inclusive professores com especialização nas diversas áreas. Bem sabemos que as crianças têm diferentes formas de realizar as aprendizagens. Uma equipa educativa que se responsabilize pelo sucesso de um grupo/turma será uma equipa apostada em levar por diante um projeto, no qual nenhum aluno será deixado entregue às dificuldades que o rodeiam e que podem impedir a sua progressão. Com uma equipa educativa, o reforço e a motivação seriam também o garante de uma escola inclusiva e de qualidade que todos e todas defendemos.

Hoje em dia são cada vez mais os atropelos à educação: aumento dos horários de trabalho, aumento do número de alunos por turma, diminuição dos salários, aumento da idade da reforma, num crescendo que nos leva a viver a educação com sofrimento, angústia e numa ânsia terrível pelo momento da aposentação.

A organização em equipas educativas poderia aqui contribuir para uma redução do horário dos docentes, num claro respeito pelo tempo necessário ao estudo e planificação das atividades pedagógicas. Numa equipa, educativa a partilha do trabalho, das responsabilidades e dos saberes seria uma mais-valia de que toda a comunidade educativa poderia beneficiar. Com esta organização, poderiam estar contemplados, no horário docente, componentes para substituição de outros docentes em falta. Atualmente no 1º ciclo do ensino básico, os docentes deixam de assegurar o apoio educativo às crianças com dificuldades para irem substituir outros docentes. Desta forma as crianças com dificuldades são ainda mais prejudicadas. A implementação de equipas educativas nas escolas iria permitir a existência de várias abordagens e diversas formas de integração das crianças, adaptando e planificando, em conjunto, caminhos de inclusão e sucesso. Uma equipa que trabalhasse para um objetivo comum, com um grupo de alunos/turma, onde seriam definidas estratégias adequadas às aprendizagens globais e individuais.

Nenhum governo pode menosprezar os direitos das pessoas, devendo ser a educação um bem de primeira necessidade. O conhecimento melhora a qualidade de vida das populações. Apostar nas condições para que o conhecimento universal seja acessível a todos e todas deve ser a função primordial de um governo, por forma a promover uma verdadeira participação cidadã.

Privar do acesso à educação, à cultura e ao conhecimento é um ato de uma ideologia que pretende manter o domínio, a dependência e a subjugação dos mais desfavorecidos. Esta privação no acesso à educação e ao conhecimento tem, no nosso país, adquirido contornos de verdadeiro ultraje. Os cortes na educação têm significado verdadeiros ataques aos direitos das crianças e das famílias. O encerramento de milhares de escolas, o despedimento de milhares de professores, o aumento do nº de alunos por turma têm vindo a deteriorar uma escola pública que se quer de qualidade. Em paralelo ao aumento da carga horária dos docentes, impõe-se a redução do currículo e o primado do administrativo sobre o pedagógico na prática docente.

No novo modelo de gestão, a figura do diretor mantém uma certa distância dos colegas, cumprindo as diretivas do ministério e inviabilizando, na maior parte das vezes, a ideia de partilha e de desierarquização tão necessárias ao trabalho docente.

Muito se tem pensado no combate que é necessário fazer ao insucesso e ao abandono escolar. Muitas medidas têm sido protagonizadas. No entanto, estas medidas mais parecem talhadas para acentuar as desigualdades, pondo em evidência, pela negativa, as dificuldades sentidas por muitas crianças e famílias. Estas medidas, implementadas *a posteriori*, visam a punição e não a prevenção.

Atentemos no seguinte: prolongamento do calendário escolar (há crianças que em julho continuam a ter aulas, uma espécie de castigo) ou então ficam em atividade letiva, durante a interrupção letiva). Impõem-se exames que, levam a que as aulas sejam verdadeiros campos de treino que em, atos mecanizados, repetem até à exaustão a resolução de exames. Deste treino repetitivo e amestrado poderá vir o sucesso que apazigua alunos, pais e professores, uma medida numérica a que urge responder com notas elevadas custe o que custar. Este treino individualiza e impele para uma competição desmedida e sem valor, porque responsabiliza o próprio indivíduo pelo seu insucesso.

Os alunos com necessidades educativas especiais, sem qualquer tipo de apoio, pois os professores não são colocados e estes estão inseridos em turmas com um grande número de alunos, ficam impossibilitados, desta forma, do usufruto do direito que têm a uma aprendizagem mais individualizada e que lhes permita crescer em confiança e autonomia.

A desvalorização da classe docente leva a que a cooperação que deveria existir entre famílias e escolas se traduza num verdadeiro divórcio de interesses e vontades. Desta desvalorização da classe docente resulta uma desconfiança permanente entre a escola e as famílias, construída propositadamente e, em cujo epicentro, se encontram por vezes as manobras engenhosas de alguns organismos do poder autárquico.

Por outro lado, esta escola que deveria ser gratuita e que de gratuita nada tem, uma vez que o negócio dos manuais escolares prospera em cada ano letivo que leva ao lucro das editoras e empobrecimento das famílias.

Desde sempre que o SPGL defende uma escola inclusiva e de qualidade para todos e todas onde tenham fim os exames do ensino básico; termine o prolongamento do calendário escolar; diminua o número de alunos por turma e termine o primado do administrativo sobre o pedagógico.

Assim sendo, o SPGL continuará a defender uma organização educativa por equipas, exigindo aos governos e ministérios os recursos humanos necessários a cada escola, cada criança e cada família. A escola de qualidade e inclusiva não pode ser uma tabela numérica, nem um espaço onde os direitos são atropelados quotidianamente.

* Vice-Presidente do SPGL

** Direção do SPGL – Coordenadora do Departamento do 1º CEB